

Aconteceu

Presidente Collor suspende pagamento dos aposentados e quer receber de volta o que já foi pago

Edu Garcia/AE



Aposentados protestam diante do INSS em São Paulo

Em mais um capítulo da novela contra os aposentados e pensionistas, o presidente Collor assinou decreto que adia para 1993 o paga-

mento dos direitos conquistados na justiça de receber a diferença entre os 54% pagos em agosto e os 147% reivindicados. Mais do que

isto, o governo federal vai entrar na justiça para obrigar os aposentados a devolver o reajuste pago em São Paulo e no Rio de Janeiro. (pág. 3)

Seca atinge grande parte do nordeste
(página 6)

Caem os ministros Magri e Margarida
(página 3)

Governo cubano fuzilla terrorista condenado
(última página)

Déficit de técnicos em todo o país

O Brasil tem hoje cerca de 80 mil alunos nas escolas técnicas e agrotécnicas, o que determina uma proporção de um aluno para cada 1,4 estudante de engenharia. Esse é o diagnóstico feito para o Plano Diretor de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, vinculado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Esse plano deverá ser apresentado pelo governo aos empresários, integrantes do sistema educacional e outros setores interessados, ainda no mês de janeiro.

A proporção encontrada subverte uma relação típica da estrutura de mão-de-obra em países desenvolvidos, onde para cada engenheiro existem quatro ou cinco técnicos de nível médio. Mais ainda: considerando-se dados atualizados do governo de São Paulo, pode-se concluir que há uma concentração excessiva de estudantes de nível téc-

nico em território paulista. Na rede estadual são 45 escolas técnicas industriais ou de serviços, com um total de 39.464 alunos, distribuídos nas quatro séries, e 35 escolas agrícolas com 4.583 alunos.

A participação paulista no total de técnicos brasileiros é bem maior, uma vez que no estado estão ainda 14 escolas técnicas da Fundação Centro Paula Souza, ligadas à Unesp, e nada menos que 40 centros de formação profissional da rede Senai.

Insuficiências e desequilíbrios na distribuição de escolas técnicas são apenas uma face do problema. Os especialistas apontam, cada vez com mais ênfase, o papel fundamental de uma boa educação básica para a formação de pessoal técnico. No Brasil, a situação, portanto, agrava-se, pois além da evidente precariedade do ensino básico, há uma enorme cisão entre ele e a for-

mação técnica, aliada à desarticulação de esforços entre os setores envolvidos na formação de mão-de-obra especializada.

Um outro componente do problema é que, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, as indústrias brasileiras investem pouco na formação dos seus quadros. Os precários levantamentos oficiais indicam que, do total investido no país em ciência e tecnologia (o que inclui capacitação de recursos humanos de alto nível), cerca de US\$ 2 bilhões, só 10% são de responsabilidade do setor empresarial. A Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Ampei), contesta esse percentual, informando que hoje o setor empresarial participa com 15 a 20% dos dispêndios nacionais em C&T. No Japão, por exemplo, esse número é superior a 70%. (*Gazeta Mercantil*, 31/12/91)

Governo vai reter 70% do orçamento da União

O ano de 1992 promete uma situação de extrema precariedade para o custeio da máquina administrativa e para os investimentos governamentais. Antes mesmo de receber do Congresso Nacional o Orçamento Geral da União, a Secretaria de Planejamento do Ministério da Economia já prepara uma rígida contenção dos gastos públicos. A exemplo do que fez em 1991, o governo pretende determinar nos próximos dias um novo contingenciamento na liberação de verbas que será, no mínimo, igual ao de 1991. Ou seja, inicialmente, pelo menos 70% das verbas previstas no orçamento ficarão bloqueadas. O

restante dos recursos será liberado na medida em que a arrecadação de impostos se mostrar suficiente.

O Congresso aprovou para este ano um orçamento de Cr\$ 53 trilhões, estimados com base em valores de abril de 1991. A correção monetária será feita com a utilização do multiplicador 9,2, que elevará os valores globais a Cr\$ 487,6 trilhões. Impressionante à primeira vista, essa massa de recursos será insuficiente para a cobertura de todos os gastos com o custeio da máquina administrativa e dos investimentos necessários, já que quase metade da receita será consumida com a rolagem da dívida pública.

Somente em 1991, os pagamentos aos credores internacionais consumiram US\$ 15,5 bilhões, na forma de amortização, juros e repatriação de capitais.

O governo prometeu, na carta de intenções encaminhada ao FMI em dezembro passado, um superávit de 3% nas contas públicas de 1992. Se o superávit de 0,5% em 1991 foi obtido à custa de drásticos cortes de gastos, é fácil prever a penúria que a administração federal terá de enfrentar para que o Tesouro tenha uma sobra de caixa seis vezes maior neste ano. (*Jornal do Brasil*, 16/1/92)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor (Interino): Sérgio Haddad ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de M. Vieira (Trabalhadores Rurais), Daniel Revah (Educação Popular), Geraldo Andreello (Povos Indígenas), Sérgio Haddad (Interino Internacional), Paulo Roberto Salles Garcia (Interino Igrejas), Antonio L. Negro (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomšic (Economia), Lais Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Anlta de M. Slade (RJ) e Claudia Salvetti (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Arte Final:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129

22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983

01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Assinatura Anual: Cr\$ 7.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 4.000,00

Assinatura Exterior: US\$ 50

Presidente suspende pagamento dos aposentados

O presidente Fernando Collor assinou dia 20 de janeiro decreto que adia para o ano que vem o pagamento da diferença entre os 54% pagos em agosto e os 147% reivindicados na Justiça pelos aposentados e pensionistas. Quem ainda não recebeu, agora só em 1993. O Governo pretende também tomar de volta o dinheiro de quem já recebeu o reajuste por determinação judicial.

O ministro Jarbas Passarinho justificou a medida, principalmente para evitar que os superintendentes regionais do INSS sejam presos, já que não teriam dinheiro para cumprir as determinações judiciais de pagar os aposentados.

O procurador geral da República Aristides Junqueira deverá en-

trar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal que desobrigaria os beneficiários a devolverem o que ganharam, mesmo que a justiça decida contra os aposentados.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcelo Lavenere, afirmou ser inconstitucional o decreto assinado pelo Presidente Collor, uma vez que fere o princípio da reserva legal ao regulamentar questão já detalhada pela Lei de Custeio e Benefícios da Previdência Social e pela própria Constituição, que determina que seja mantido o poder aquisitivo dos aposentados. A OAB entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal argumentando que o Executivo quebrou a hierarquia dos poderes

ao tentar impedir, com um decreto, que as decisões do judiciário sejam cumpridas.

Na Câmara dos Deputados, os oito líderes dos partidos de oposição assinaram projeto de decreto legislativo que susta o decreto do presidente Fernando Collor. O projeto de decreto, considerado pela oposição como "um claro ato de afronta à harmonia e independência dos poderes", abre mais um confronto entre o Congresso e o Executivo.

Manifestações das entidades dos aposentados ocorreram em praticamente todo o país, incluindo invasões de estabelecimentos públicos. (*O Estado de S. Paulo*, 22/1/92; *Diário Popular*, 21/1/92)

Mais informações sobre 147% à página 13

Collor troca de ministros buscando apoio conservador

O presidente Fernando Collor de Mello demitiu Antonio Rogério Magri, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e Margarida Procópio, da Ação Social. No lugar deles foram indicados respectivamente, os deputados Reinhold Stephanes (PFL-PR), ex presidente do INPS, e Ricardo Fiúza (PFL-PE), líder do bloco governista na Câmara.

O anúncio da troca foi feito no final da tarde de sexta-feira, 17, logo após a solenidade da descida

da rampa. Os demitidos e os seus substitutos foram informados pela manhã, pelo ministro da justiça Jarbas Passarinho, o responsável por toda articulação.

O objetivo desta operação é transparente. Collor se livrou de seus dois únicos ministros filiados ao PRN, legenda pela qual se elegeu à Presidência, no momento em que o PFL, sua base política mais confiável no Congresso, acabava de rejeitar, juntamente com todos os demais partidos, projeto gover-

namental que aumentava alíquotas de contribuição para cobrir o déficit da Previdência.

Com Fiúza e Stephanes - um político vinculado ao ex-governador paranaense Ney Braga, formado em economia e assuntos da Previdência - Collor tenta afinar seu Ministério à base mais conservadora do Congresso, o PFL, além de tentar responder às críticas de incompetência dos seus ministros. (*Veja*, 22/1/92)

Pesquisa

Leitor do ACONTECEU é "devorador" de boletins

Pesquisa sobre o perfil dos leitores do ACONTECEU, realizada entre junho e agosto de 1991, revelou que a maioria é praticante frequente da leitura.

A preferência recai sobre os boletins (74%), mas é alto também o consumo de outros meios de comunicação como jornais diários (63%), revistas semanais (57%), livros de não ficção (58%) e noticiário de TV (71%).

Entre os pesquisados, o interesse por literatura de ficção é baixo

(12%). Eles também se interessam menos pelo noticiário de rádio: os ouvintes não ultrapassam os 37%.

Esses hábitos estão em conformidade com outros aspectos do perfil do leitor. Dados da pesquisa revelaram que se trata de pessoas com intensa participação sócio-política, com atuação, sobretudo, nas áreas de Educação e de pastorais, onde a necessidade de informações detalhadas e constantes é muito grande.

Instituições - A grande diversidade

de de leitores institucionais que responderam à pesquisa foi agrupada em 12 blocos. Dessas instituições, 37% são entidades religiosas, seguidas por 22% de organizações ecológicas e 16% de organizações de apoio ao movimento popular. Os sindicatos representam 12% desses assinantes.

Na próxima edição publicaremos a avaliação que os leitores fizeram dos aspectos gráficos e do conteúdo do ACONTECEU. (*CEDI*, 21/1/91)

Grandes cidades querem influir nas decisões

Prefeitos e organizações municipais de todo o mundo pretendem formar uma delegação própria para participar dos debates da Rio-92. Até agora, só os países filiados à ONU têm direito de enviar delegações oficiais, mas as associações internacionais de cidades querem ter voz própria na conferência e, desta forma, defender suas soluções para os problemas urbanos. A proposta foi feita no encontro realizado dias 14 e 15 de janeiro no Rio de Janeiro onde foi formado um comitê que engloba as principais associações municipais: Federação Mundial das Cidades Unidas (FMCU); Cúpula das Grandes Cidades do Mundo; União Internacional de Autoridades Locais e Metrôpoles. O comitê envolve as 27 maiores

metrópoles do mundo e representa 50% da população do globo.

Será proposto à ONU a formação de uma delegação especial, com prefeitos das capitais mais importantes ou a participação de representantes das cidades nas delegações oficiais de seus países. E também, a criação de um fundo gerenciado pela ONU para financiar projetos ambientais nas cidades.

O secretário geral da FMCU, Hubert Lesire, e o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, enumeraram os argumentos que, segundo eles, justificam a participação das associações de municípios nos debates sobre desenvolvimento sustentável.

"Não haverá desenvolvimento viável no planeta sem desenvolvimento urbano viável. Pelos dados

do Banco Mundial, 80% do crescimento econômico na América Latina e na Ásia ocorre nas grandes cidades; os problemas urbanos são muito semelhantes independentemente dos continentes", disse Lesire. Já Lerner afirmou que as autoridades municipais têm muito mais condições de mobilizar a comunidade para a solução destes problemas, porque estão em contato constante com a população.

A prefeita de SP, Luiza Erundina, acrescentou que "a questão da proteção ambiental não é meramente técnica ou administrativa, mas principalmente política, e as decisões da Rio-92 não serão colocadas em prática se não houver disposição dos poderes locais e envolvimento das cidades". (*Gazeta Mercantil*, 15/1/92; *O Globo*, 15/1/92)

Troca de comando militar favorece participação brasileira

O novo comandante militar da Amazônia, general Carlos Annibal Pacheco, tomou posse em Manaus. Pacheco substituiu o general Antenor Santa Cruz de Abreu que passou para a reserva por ter completado o tempo máximo na ativa. Apesar dos motivos terem sido burocráticos, a troca do comando na Amazônia poderá encerrar a polêmica entre ecologistas e militares sobre a suposta ameaça de internacionalização da região e assim resolver um dos problemas internos do governo. "Ele segue a linha *soft*", assegurou o deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ), capitão do exército.

Além de Santa Cruz, passou também para a reserva o chefe do estado-maior do Comando Militar

da Amazônia, general Thaumaturgo Sotero Vaz. Em seu lugar, assumiu o general Ariel Pereira da Fonseca, que servia no Gabinete Militar da Presidência da República. Thaumaturgo ganhou notoriedade em 1991 por ter trocado insultos publicamente com o secretário do Meio Ambiente, José Lutzemberger.

A substituição no comando militar da Amazônia poderá permitir uma maior unidade na retórica ambientalista do governo. "Seria desastroso para o Brasil mostrar dissidências internas sobre o assunto no momento em que é sede de uma conferência, da qual participam delegações de 150 países", afirmou o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, complementan-

do: "nossa posição poderia ficar enfraquecida".

O general Pacheco seguiu carreira na área diplomática e possui discurso diferente de seu antecessor em relação ao meio ambiente e questões indígenas. Suas posições sobre a atuação do exército são semelhantes às de José Lutzemberger que propõe a participação do exército na defesa do meio ambiente, e do presidente da Funai, Sidney Possuelo, que defende a retomada pelo exército do trabalho indigenista. Pacheco sugere um "trabalho conjunto" com ecologistas e exército em defesa da natureza". (*O Estado de S. Paulo*, 14/1/92; *Folha de S. Paulo*, 12/1/92)

Amazônia prepara sugestões para o encontro

Integrando a programação oficial preparatória da ONU para a Rio-92, o Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento (Simdamazônia), reunirá pela primeira vez os países da Amazônia Continental para discutir problemas comuns e apresentar propostas conjuntas sobre uma política de desenvolvimento sustentável para a região.

Patrocinado pelo governo do Pará, Ministério das Relações Exteriores e Unicef, o seminário ocorre-

rá em fevereiro, em Belém, e as propostas serão encaminhadas à última reunião do PrepCom em março quando deve ser fechada a pauta dos debates da Rio-92.

As propostas serão elaboradas por cientistas, líderes comunitários e políticos do Brasil, Peru, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Para os debates, foram também convidados representantes da Argentina, Chile, Uruguai, Cuba, Costa Rica, México, EUA, Canadá, França,

Alemanha e Japão. O Banco Mundial estará representado pelo seu assessor para assuntos de meio ambiente, R. Goodland, defensor do fim de investimentos para novas rodovias na Amazônia.

O temário pretende abordar dez temas divididos em 61 subtemas, todos relacionados ao desenvolvimento, à pobreza e ao meio ambiente, além da questão das terras indígenas. (*Correio Braziliense*, 22/12/91; *O Globo*, 21/12/91)

Poluição provoca aumento das temperaturas médias da Terra

O ano de 1991 foi o segundo ou o terceiro mais quente desde que as temperaturas médias da Terra começaram a ser registradas, há 140 anos, de acordo com os números já computados por pesquisadores britânicos. Com base nos resultados colhidos de janeiro a novembro, o escritório de meteorologia da *University of East Anglia* acredita que a temperatura média mundial de 91 foi 34 centésimos de grau centígrado, acima da média de 14,5° registrada de 1951 a 1980.

De acordo com as informações dos pesquisadores ingleses, 1990 foi o ano mais quente já estudado, com uma média de 0,39° acima do normal. Sete dos oito anos mais quentes registrados desde 1850

ocorreram depois de 1980, o que, para muitos cientistas, é uma comprovação de que a poluição está alterando progressivamente o clima da Terra, através do efeito-estufa.

Os números da *University of East Anglia* são obtidos com base nos registros de 1,4 mil estações espalhadas em todos os continentes e em mais de um milhão de informações fornecidas anualmente por navios que cruzam os mares de todo o mundo. Com base na média mensal de cada uma dessas estações, os pesquisadores calculam a temperatura média do mundo no período.

Esse método tem recebido críticas porque não cobre igualmente toda a Terra, subestimando os mares próximos à Antártica. Outros

acham que um número muito grande de estações está situado em cidades, em bolsões de calor, o que tende a aumentar desproporcionalmente as temperaturas registradas. Os cientistas britânicos não consideram essas críticas válidas e acreditam que os números mostram uma nítida tendência de aquecimento global no planeta.

Essa tendência é confirmada pelo Instituto Goddard de Estudos Espaciais, vinculado à Nasa, baseado em Nova Iorque, que usa método ligeiramente diferente do adotado pelos pesquisadores britânicos, limitando seu universo de estudo aos registros feitos em estações meteorológicas em terra firme. (Franklin Martins, *Jornal do Brasil*, 24/12/91)

Poluição ameaça mananciais do país

O Brasil possui em seus recursos naturais hídricos, dez vezes mais água de superfície (rios, lagos, etc) por quilômetro quadrado, do que todos os continentes juntos. No subsolo, o volume de água subterrânea reservada supera estes recursos de 20 a 30 vezes, dependendo da região. Devido à grande variedade de condições hidrogeológicas, os mananciais subterrâneos totalizam uma reserva estimada em 111,6 mil Km³.

O desenvolvimento populacional e o crescimento desordenado, no entanto, estão provocando uma maior concentração de resíduos poluentes sólidos, domésticos e industriais (lixões, esgotos, aterros sanitários e aterros de rejeitos tóxicos) em águas superficiais e subterrâneas. Paralelamente, cresce o uso indiscriminado de adubos químicos e defensivos agrícolas, que agravam o problema da contaminação por metais pesados e organoclorados.

Para o professor e diretor do Centro de Estudos da Poluição de Águas Subterrâneas (Cepas) da

USP, Aldo Rebouças, a vulnerabilidade do potencial dos mananciais brasileiros à poluição é ocasionada, de certa forma, pela falta de normas e controle e de uma política moderna de uso e conservação dos recursos hídricos. No estado de São Paulo, 90% das cidades são abastecidas por águas subterrâneas, repetindo a tendência do primeiro mundo.

Na grande São Paulo, existem aproximadamente dez mil poços. A crescente demanda por água tem levado a população (condomínios, clubes, hotéis, indústrias) a buscar a utilização de águas de poços. Pela falta de um controle maior sobre as atividades de despejo de rejeitos orgânicos e inorgânicos, desde a abertura do Brasil às indústrias poluidoras, alguns locais da capital não podem ser explorados para fins de consumo. Para se ter uma idéia do crescente uso industrial de poços artesanais, 95% das indústrias do estado de São Paulo têm autonomia de abastecimento. (*Correio Brasileiro*, 4/1/92)

Crise leva à queda na venda de equipamentos de controle ambiental

O ano de 91 registrou uma queda entre 50 e 60% no volume de negócios relativos à venda de equipamentos de controle ambiental, levando à demissão de 40% do pessoal empregado, inclusive técnicos especializados.

"Nossa situação é apenas um reflexo do que ocorre no país", diz Primo Pereira Neto, diretor-presidente do Departamento Nacional de Equipamentos para Saneamento Básico e Ambiental (Desam). Primo acredita que os investimentos do setor público e privado só voltarão a crescer no segundo semestre de 92. Ele também prevê o aumento da procura por pequenos projetos, sobretudo nas indústrias têxteis e de bebidas. O grosso das vendas, no entanto, deverá ficar com o setor de papel e celulose e com os programas de despoluição do rio Tietê, em SP, e da baía de Guanabara, no RJ. (*Gazeta Mercantil*, 30/12/91)

Lei permite o corte da mata nativa até 1998 em Minas

A política florestal de Minas, primeiro estado a contar com a sua própria legislação florestal, amplia o prazo para que as empresas que usam lenha e carvão vegetal - como as siderúrgicas - deixem de cortar matas nativas. Enquanto a legislação federal prevê que as empresas atinjam a auto-suficiência (utilizar carvão proveniente de áreas de re-

florestamento) em 1995, a lei estadual amplia este prazo para 1998.

Os ambientalistas queriam um cronograma mais apertado, mas acabou prevalecendo o ponto de vista dos usuários, representados pela Associação Brasileira de Carvão Vegetal (Abracav) e Sindicato da Indústria do Ferro de Minas Ge-

rais (Sindifer). De acordo com este cronograma, as empresas poderão utilizar, este ano, 70% de matas nativas, percentual que decrescerá até 98.

Segundo o "Balanço Energético Nacional 1989", o uso de lenha como fonte de energia procedente de florestas naturais ainda representa 90%. (*Jornal do Brasil*, 6/1/92)

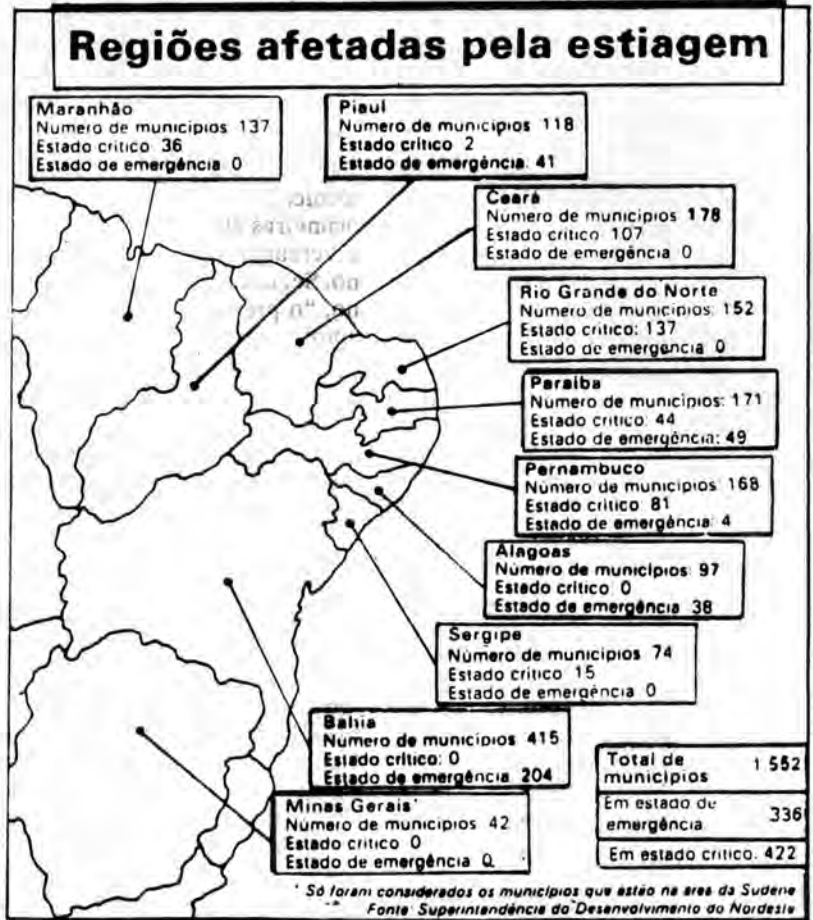
Seca arrasadora atinge 758 municípios

O Estado de S. Paulo, 17/1/92

A situação de 758 municípios atingidos pela seca, quase a metade dos 1.552 localizados na região Nordeste e no norte de Minas Gerais - área de influência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) - é de extrema gravidade. As lavouras foram destruídas pela estiagem, e a água, que se encontrava no limite das reservas, começa a faltar. A fome e a sede se espalham por 1 milhão de quilômetros quadrados, onde vivem 9 milhões de pessoas.

Relatório da Sudene considerou o "estado crítico" da região, o que, em seu jargão técnico, significa que a realidade é dramática. Governos municipais decretaram estado de emergência em 336 municípios.

População flagelada - Os trabalhadores rurais do sertão nordestino não têm mais de onde tirar água ou alimento. Açudes, rios e riachos estão completamente esturricados, e acabaram-se "os ratos e as preás". Os trabalhadores estão comendo raiz de umbu cozida, bem como macambira, xique-xique e palmas, vegetais espinhosos que servem como última alternativa de ração para o gado quando a seca devasta o pasto. Armazéns e feiras foram saqueados em cidades do Ceará, Pernambuco e Piauí. Em Moreilândia (PE), lavradores dirigem-se ao hospital, onde solicitam internação, soró e um prato de sopa. Em Ouricuri, também em Pernambuco, já morreram 38 crianças e 40 pessoas deixam o município diariamente. Enquanto isso, seis grandes latifundiários de Alagoas são responsáveis por utilizar água de adutora para encher seus açudes particulares e comercializar carros-pipa de aluguel. (O Estado de S. Paulo, 11/1/92; Jornal do Brasil, 9, 10, 13 e 14/1/92)



Conforme os dados da Sudene, o estado mais atingido pela seca é o Rio Grande do Norte, que tem 137 dos seus 152 municípios em situação grave.

O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, anunciou que o governo distribuirá no Nordeste 655 mil cestas básicas com recursos do Ministério da Ação Social, que também selecionará as famílias a serem beneficiadas.

Mas os governadores dos estados nordestinos estão convencidos de que o problema da seca não se resolve com planos de emergência ou abertura de frentes de trabalho. Eles propõem que

o governo federal autorize o envio imediato para o Nordeste dos recursos do Pin-Protterra - cerca de Cr\$ 110 bilhões retidos desde outubro - e antecipe a liberação das verbas da região prevista no orçamento geral da União de 1992. Os governadores dizem estar prontos para executar, com estes recursos, projetos de irrigação, construção de barragens médias e resistentes, recuperação de poços e reforma agrária.

Neste quadro, coloca-se mais uma vez em funcionamento a engrenagem da "indústria da seca" que renderá votos nas eleições municipais deste ano. (Jornal do Brasil, 9, 13, 17/1/92; CEDI, 21/1/92)

Livro contra a violência no Pará

O padre Ricardo Resende, pároco de Rio Maria, sul do Pará, lançará o livro "Rio Maria - Diário da Resistência", onde reúne, em 450 páginas, o diário da Pastoral e suas

observações sobre o permanente estado de tensão oriundo dos conflitos de terra na região. O livro será lançado também na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Para

padre Ricardo, a impunidade dos crimes contra trabalhadores rurais e lideranças sindicais no campo explica o interesse internacional. (O Globo, 13/1/92)

Política Agrícola

Cabrera muda poder na Conab

O ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, escolheu uma nova equipe para dirigir a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), anteriormente liderada por Antonio Mauro Boschero. A troca de comando na Conab atende a objetivos políticos e administrativos: a entidade, vinculada ao Ministério da Economia até dezembro, passou este mês para o Ministério da Agricultura.

Segundo Cabrera, as pessoas demitidas não eram de sua confiança, e ainda estão sendo acusadas de importar irregularmente, em 1991, carne e cereais. O ministro é cauteloso quanto a esta questão, mas promete que as contas da Conab serão examinadas pela nova diretoria.

A Conab tornou-se a única empresa do governo autorizada a comprar produtos agrícolas, seja para formação de estoques ou para programas sociais. A nova

diretoria, que deverá impor uma outra linha de ação à Conab, é formada por políticos ao invés de técnicos. Este ano vão ocorrer as primeiras eleições para prefeitos e vereadores sob o atual governo. Segundo uma fonte do governo, "o presidente Collor precisa ampliar sua base política".

O novo presidente da empresa, Paulo Roberto Cunha, foi candidato derrotado ao governo de Goiás pelo PRN em 1990, com apoio do Palácio do Planalto. Cunha foi também presidente da Organização das Cooperativas de Goiás e fundou a Cooperativa de Rio Verde, a maior da região Centro-Oeste (estas cooperativas são majoritariamente compostas por grandes produtores). A União Democrática Ruralista (UDR) e a elite de Goiás festejaram a posse de Cunha na Conab. (*O Estado de S. Paulo*, 12 e 14/1/92; *Jornal do Brasil e CEDI*, 17/1/91)

Reforma Agrária

Anúncio do Projeto Terra é transferido novamente

Mais uma vez, o anúncio oficial do Plano Nacional de Reforma Agrária - agora denominado de Programa da Terra - foi adiado. Em vez de ser divulgado no dia 20 de janeiro, conforme previsão do ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, o projeto só será anunciado pelo presidente Fernando Collor no dia 24. Desde o início de dezembro, o anúncio oficial do programa de reforma agrária vem sendo prorrogado. O projeto prevê, entre outras coisas, o assentamento de 400 mil famílias no campo até o final de 1994. O ministro Cabrera afirma que serão prioritárias as áreas de tensão social, como o Bico do Papagaio, no sul do Maranhão e norte do Tocantins, e algumas regiões do Rio Grande do Sul.

No entanto, de acordo com determinação da Justiça (ver ACONTECEU 582), o governo ainda não pode promover desapropriações em imóveis de particulares e fazer pagamento em Títulos da Dívida Agrária (TDAs). É preciso, primeiro, que o Congresso Nacional regulamente os artigos 184 e 185 da Constituição, definindo o que é terra produtiva e improdutiva, e estabelecendo o critério de pequena e média propriedade. A regulamentação dessas leis foi enviada pelo presidente Collor aos parlamentares, e a expectativa é que somente em junho esses pontos estejam acertados para dar início às desapropriações de terras. (*Gazeta Mercantil*, 13 e 17/1/92)

Os desacertos do Gatt

O acordo que regulará nos próximos dez anos as relações comerciais entre os 108 países membros do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), entre eles o Brasil, está cada vez mais difícil de sair. O principal nó das negociações são as propostas para a redução de subsídios à agricultura.

As negociações que estão sendo feitas no Uruguai - a chamada Rodada do Uruguai - vêm se arrastando desde 86 e têm seu desfecho previsto para o mês de fevereiro. Ainda não se formou nenhum consenso quanto à proposta do secretário geral do Gatt, Arthur Dunkel, principalmente no que diz respeito à redução média de 35% nos subsídios agrícolas, no período de dez anos.

O Brasil apóia a proposta junto com outros países, mas a resistência da Comunidade Econômica Européia (CEE) é muito forte. Inúmeras e violentas têm sido as manifestações de agricultores europeus contrários a esta medida, que diminui sua capacidade de concorrência no mercado, numa época de recessão, que atinge inclusive países desenvolvidos, cada governo trata de combinar o liberalismo com políticas de auto-defesa de seus produtos. (CEDI, 17/1/91)

MST amplia estratégia de luta no RS

Sem abrir mão das ocupações de propriedades no interior do estado, os trabalhadores rurais sem-terra do RS decidiram ocupar também as cidades como estratégia de ação em 92 visando obterem o assentamento e a reforma agrária. Esta foi a principal decisão dos 120 líderes dos trabalhadores no 9º Encontro Estadual do Movimento dos Sem Terra (MST), realizado em Palmeira das Missões.

Os sem-terra gaúchos decidiram atuar junto às principais cidades do estado de forma permanente, e não apenas em caráter eventual, como no ano passado. Está marcada para o dia 27/1 um encontro em Porto Alegre entre as lideranças do MST e várias entidades populares. O objetivo é estabelecer um cronograma de manifestações visando pressionar o governo federal para execução da reforma agrária, pois acredita-se que esta só será efetivamente realizada com a participação de toda a comunidade. (*Jornal do Brasil*, 14/1/92)

Pesquisa questiona atuação política de progressistas

O grupo progressista da Igreja Católica em Pernambuco acaba de receber um golpe. Pesquisa realizada entre os católicos que costumam freqüentar os templos e contribuir financeiramente para sustentar a Igreja, revela que a maioria desaprova a conscientização política pregada pelos sacerdotes progressistas.

A consulta a 400 católicos foi realizada por amostragem pelo professor sociólogo Lemuel Guerra, para tese de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco. Enquanto 73,7% dos padres pernambucanos são a favor da conscientização política na Igreja, somente 46,6% dos católicos apóiam esta orientação.

A pesquisa mostra com clareza a falta de correspondência entre o que o clero progressista oferece -

uma proposta desencantada, porque chama o homem para a análise dos problemas do dia-a-dia - e a demanda dos fiéis por uma proposta encantada que os leve a descobrir na igreja uma alienação.

Confusão - O padre Edivaldo Gomes, um dos líderes progressistas e pároco da igreja do bairro de Casa Forte, um dos mais populosos do Recife, acha que quando disseram que não queriam os padres fazendo conscientização política, os católicos pernambucanos confundiram o termo com politicagem: "O povo brasileiro está com horror à forma de fazer política no País, que se pode chamar de politicagem. Daí fazer a confusão". Reconhece, porém, que muita gente deseja fazer da religião uma anestesia e explica que os padres mais identificados com os pobres estão contrários a

essa idéia. "Não queremos uma Igreja que aliene mas que ajude o homem a crescer como gente e como cristão", afirma.

Padre Edivaldo acredita que os progressistas não vão ser abalados com o resultado da pesquisa: "A marcha das idéias não vai parar. Da mesma forma que não se deve botar remendo novo em pano velho não se bota remendo velho em pano novo", concluiu.

O padre Reginaldo Veloso, suspenso da ordem por d. José Cardoso sob acusação de envolvimento político, diz que não é preciso sair das igrejas para justificar a conscientização política: "Acho que o anúncio honesto do Evangelho, sem preconceitos, já tem implicações sociopolíticas muito fortes". (*Jornal do Brasil*, 4/1/92)

Fiéis procuram mais a Bíblia

Os brasileiros compraram muito mais exemplares da Bíblia em 1991 que no ano anterior. A Sociedade Bíblica do Brasil, entidade civil sem fins lucrativos mantida pelas igrejas protestantes, contabilizou a venda de 1,2 milhão de exemplares no ano passado, um incremento de 400 mil unidades em relação a 1990. O secretário regional da Sociedade, reverendo Walter Ludwig, atribuiu as boas vendas "à descrença nas instituições, que está fazendo o homem voltar-se para a busca de Deus".

Ludwig concorda que o aumento das seitas e religiões pentecostais contribuem favoravelmente para incrementar o comércio de livros religiosos. "É natural, porque as pessoas que buscam essas igrejas precisam dos livros para acompanhar o Evangelho", sustenta o pastor. A Sociedade Bíblica constatou, em estatísticas realizadas com base nos fiéis das igrejas que a mantém,

um crescimento de 173% no número de protestantes no País, entre 1975 a 1990. Neste mesmo período, a população brasileira cresceu apenas 37%.

Ludwig reconhece que as seitas e religiões pentecostais vêm fazendo um trabalho corpo-a-corpo na busca de novos adeptos. O esforço para cativar populações leigas é feito em vilas populares, onde são abertas pequenas igrejas lideradas por integrantes da própria comunidade que, na medida em que aumenta o número de fiéis, galgam os postos de diáconos, presbíteros e pastores.

Os maiores compradores de Bíblia, em 1991, foram adventistas, luteranos, metodistas e presbiterianos. Apenas na Região Sul, onde a previsão era vender 56 mil exemplares, a Sociedade Bíblica conseguiu colocar 106 mil unidades. (*Jornal do Brasil*, 7/1/92)

Vaticano reconhece Croácia e Eslovênia

O Vaticano reconheceu no dia 13/1 as repúblicas da Croácia e Eslovênia. Pouco depois, a Iugoslávia anunciou a demissão de seu embaixador junto a Santa Sé. Ivica Mastrok, o embaixador demitido, disse que agora representa a Croácia.

Segundo monsenhor Piero Pen-

nacchini, vice-porta-voz do Vaticano, o reconhecimento de Croácia e Eslovênia não é um gesto hostil em relação à Iugoslávia. "O Vaticano continua a reconhecer a República Federativa da Iugoslávia como objeto de direito internacional", disse. (*Folha de S. Paulo*, 14/1/92)

Vaticano estuda abrir diplomacia com Israel

O Vaticano falou, pela primeira vez, na possibilidade de estabelecer relações diplomáticas com Israel. A posição, ainda que apenas no terreno das hipóteses, é um avanço em relação à atitude que o Vaticano manteve nos últimos anos, de condicionar o reconhecimento de Israel à garantia de um *status* de "cidade internacional" para Jerusalém. Esse *status* é reconhecido pela ONU.

O avanço na posição da Igreja Católica é resultado da visita a Israel do cardeal John O'Connor, arcebispo de Nova Iorque. O'Connor foi recebido pelo papa João Paulo II em audiência privada, a quem relatou os detalhes de sua visita.

Antes de estabelecer relações diplomáticas com Israel, o Vaticano espera ainda uma solução para a questão palestina e alguma garantia sobre os direitos cristãos em Jerusalém.

O primeiro-ministro israelense, Yitzhak Shamir, disse que espera que "relações normais" sejam logo estabelecidas. O presidente de Israel, Chaim Herzog, afirmou que a visita do cardeal John O'Connor "é um sinal aparente" que o Vaticano deseja melhorar suas relações com o Estado judaico. (*Jornal do Brasil*, 9/1/92)

Novas ordens religiosas surgem com força na Igreja Católica

A orientação do papa João Paulo II para uma nova evangelização no mundo e o revigoramento de movimentos espirituais não só estão incentivando a atuação de grupos leigos católicos e carismáticos, como também levando à criação de novas ordens religiosas, que priorizam a espiritualidade e começam a fincar raízes em diferentes pontos do País.

Nos últimos meses, duas ordens estrangeiras se instalaram discretamente em Porto Alegre: os Legionários de Cristo, originários do México, e o Instituto Apostólico *Verbum Dei*, da Espanha. Em comum, a ação missionária pela evangelização.

Nos meios religiosos, os legio-

nários são vistos como os jesuítas do ano 2000, pela sua fidelidade absoluta ao papa, a disponibilidade da congregação a serviço da Santa Sé e por uma série de detalhes, como atuação mais ligada às elites ou o uso do *clergyman* (ternos pretos com colarinho branco).

“A Igreja Católica estava imobilizada, perdia fiéis para seitas e necessitava de ordens religiosas com uma nova forma de evangelização. Os Legionários de Cristo vieram ao Brasil por orientação direta do papa João Paulo II”, contou o padre Roberto Paz, que atende à pastoral universitária na Pontifícia Universidade Católica (PUC) gaúcha. (*Jornal do Brasil*, 26/12/91)

Bispo critica cestas básicas

“É uma prática paternalista e vergonhosa, porque é uma esmola para quem recebe”, disse o bispo de Afogados da Ingazeira (sertão de Pernambuco), d. Francisco Austregésylo, 67 anos, ao se referir ao programa de distribuição de cestas básicas do governo federal para atender os flagelados da seca.

D. Francisco, que é também secretário-geral da Região Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), disse que presenciou diversas vezes a situação em que se encontram hoje os estados nordestinos atingidos pela seca e não se conforma com “a falta de política sé-

ria” para resolver o problema secular provocado pela estiagem. “Há interesse de se manter essa situação”, disse ele.

“É claro que as cestas não resolvem o problema”, afirmou d. Francisco, para quem a formação de frentes de emergência como forma de absorver os desassistidos é uma alternativa melhor. “Com os defeitos que têm, as frentes de trabalho são menos humilhantes para os sertanejos”, disse o bispo, que no ano passado chegou a acusar a equipe econômica do Governo Federal de “querer acabar com a inflação acabando com o povo”. (*Jornal do Brasil*, 14/1/92)

Editora evangélica inaugura novas instalações

Com mais de meio século produzindo material evangélico, a Casa Publicadora das Assembléias de Deus (CPAD) começa 1992 de casa nova, inaugurada dia 25 de janeiro novas instalações no Rio de Janeiro.

O prédio ocupa uma área de 16 mil metros quadrados, com galpões, vários escritórios da editora, etc. Foram adquiridas

novas máquinas e equipamentos com o objetivo de baixar os custos e aumentar a produtividade, além de situar a CPAD na era da informatização, com a compra de mais computadores. As novidades alcançam também a área de publicações, que passarão por uma reformulação nos aspectos relativos à apresentação dos periódicos. (*CEDI*, 20/1/92)

Ecumenismo presente nas CEBs

O ecumenismo entre as CEBs permanece avançando. Reuniu-se em Arrozal (RJ), no Centro de Formação da Diocese de Volta Redonda, o Fórum Estadual das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em preparação para o 8º Encontro Intereclesial a ser realizado em Santa Maria (RS) (setembro de 1992). A reunião foi assessorada por Carlos Steil (Iser) e Francisco Orofino (Cebi), além da presença de Jorge Atílio Iulianelli (Cedi).

Entre as deliberações, ficou decidido que será formada uma equipe executiva com a participação de uma leiga metodista, Noêmia Nóbrega (Duque de Caxias).

Ficou marcado para junho um encontro com os delegados das CEBs do Rio de Janeiro para o 8º Encontro, entre os quais há a presença de oito evangélicos. (*CEDI*, 20/1/92)

Pastor critica “autoridades” no enterro de aposentado

A família do aposentado Waldomiro Oliveira, 77 anos, que morreu dia 10 na fila do Banerj, no Rio de Janeiro, vai decidir se entra na Justiça contra o INSS. Segundo Dário de Oliveira Libertário, neto do aposentado, eles não têm dinheiro para pagar um advogado.

Dário culpou o governo pela morte do avô. No enterro, o pastor Jabiniel Silva também disse que Waldomiro foi “uma das vítimas da incompetência administrativa das autoridades”. (*Folha de S.Paulo*, 12/1/92)

Lançamento REVISTA DE MEIO AMBIENTE

Rio-92/Conferência Mundial, Amazônia, sociedades indígenas, desenvolvimento sustentável, ecologia e sociedade civil, Igrejas e meio ambiente. Estes e outros temas, você vai encontrar na edição especial sobre meio ambiente da revista *Tempo e Presença* (nº 261).

Ligue e encomende seu exemplar. CEDI, Setor de Distribuição, telefone (011)825-5544.

Índios Nambiquara obtêm vitória na Justiça

Os índios Nambiquara conseguiram uma importante vitória na defesa de suas terras e riquezas naturais. O juiz federal Mário César Ribeiro concedeu medida liminar favorável aos interesses indígenas, determinado que a Funai, Ibama e União Federal, acompanhados pela Polícia Federal, retirem imediatamente os garimpeiros ilegalmente instalados na AI Sararé (oeste do Mato Grosso). A medida cautelar, com pedido de liminar, foi proposta pelo Núcleo de Direitos Indígenas, em nome da comunidade indígena, e distribuída ao juízo da 9ª Vara Federal do DF. A decisão judicial foi proferida no dia 18 de dezembro passado, e, devido ao recesso forense, a Funai, Ibama, União Federal e Polícia Federal foram intimados, na segunda semana de janeiro, para que iniciem a operação de retirada.

Estima-se que há atualmente cerca de 3.000 garimpeiros instala-

dos às margens do córrego Água Suja, divisa oeste da Área Indígena invadida. Os danos ambientais, sociais e sanitários decorrentes da garimpagem ilegal já são irreversíveis. O córrego Água Suja está completamente poluído, assoreado e sem leito visível. Mais de 200 hectares de floresta já foram destruídos, e o rio Sararé está sendo envenenado com mercúrio, óleos e graxas.

AI Sararé - Situa-se no oeste do Mato Grosso, na divisa com Rondônia, tem 68 mil hectares e nela vivem cerca de 70 índios Nambiquara, do sub-grupo Katitauru ou Sararé. O povo Nambiquara se divide em diversos sub-grupos, que habitam, além da AI Sararé, a AI Vale do Guaporé, a AI Nambiquara e a AI Pirineus de Souza, todas já demarcadas e homologadas. Ao todo, são cerca de 800 índios que vivem em uma região que se exten-

de pelo vale do rio Guaporé e pela Chapada dos Parecis. Embora ocupando ecossistemas distintos (cerçados, florestas e matas de transição), os grupos indígenas Nambiquara se distinguem dos demais por pertencerem à mesma família lingüística e por outros traços culturais comuns. Vivem principalmente da caça, da pesca e de roçados. São conhecidos como "povo da cinzas", por dormirem no chão à beira do fogo, numa mistura de cinzas e areia.

Os índios Nambiquara tornaram-se famosos como "Biafra Brasileira" nos anos 70, quando uma epidemia de sarampo dizimou a população desnutrida e expulsa de suas terras, ocupadas por agropecuárias do Vale do Guaporé. Nos últimos cinco anos, suas terras têm sido invadidas por garimpeiros, madeireiros e fazendeiros. (NDI, 11/01/92)

Justiça manda expulsar os Guarani de sua terra

No dia 10 de janeiro, 70 policiais foram enviados à Área Indígena Guassuti, no município de Aral Moreira, 370 quilômetros de Campo Grande, para despejar cerca de 150 índios Guarani dos grupos Kaiowa e Nandeva. Através de Portaria assinada em outubro passado, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, determinou que a AI Guassuti fosse demarcada com uma extensão de 930 hectares. A ação de despejo dos índios foi determinada pela Justiça Federal do estado do Mato Grosso do Sul concedendo liminar a um mandado de manutenção de posse, movido por quatro

fazendeiros que se dizem proprietários das terras.

Durante a retirada dos índios, o funcionário da Funai, José Martins Flores, foi preso por se opor à decisão judicial. Os Guarani, por sua vez, apreenderam o caminho que transportava seus pertences para a aldeia Limão Verde, em Amambaf. Decidiram que liberariam o veículo assim que funcionário da Funai fosse solto pela Polícia Federal de Ponta Porã, para onde foi levado.

O clima na região é tenso, pois os índios ameaçam retomar à força a área Guassuti, convocando, para tanto, a ajuda de outros grupos Guarani do município de Amambaf. Por

outro lado, segundo informações da Superintendência da Funai em Cuiabá, os fazendeiros já teriam organizado milícias armadas para impedir qualquer tentativa de recuperação da área.

No dia 14, a Funai, na tentativa de contornar esta situação, entrou na Justiça em Campo Grande com um mandado de segurança para anular a liminar concedida aos fazendeiros. A cassação da liminar é a única forma, segundo a Funai, para impedir o conflito entre índios e fazendeiros. A Funai prepara também uma ação para reivindicar a desapropriação da reserva. (Folha de S. Paulo, 14/1/92)

Índios Karapotó invadem a sede da Funai em Recife

Com pinturas de guerra e armados, os Karapotó invadiram, no último dia 15, a sede da Superintendência Regional da Funai, em Recife, para exigir a remoção dos posseiros que ocupam os 1.810 hectares da Área Indígena Karapotó, localizada no município de São Sebastião (Alagoas), a 140 quilômetros de Maceió, e identificada pela Funai em 1988.

Desde o dia 12 de dezembro, os índios Karapotó encontram-se

acampados na fazenda do posseiro Ednardo Justino, ocupante de suas terras. Buscando a demarcação de suas terras, os índios vêm se sujeitando a passar fome, contrair doenças e serem picados por escorpiões e cobras venenosas no local onde encontram-se acampados.

Apesar disso, não pensam em desistir, e, após reunião realizada no dia 9 de janeiro com representantes da Funai e do Cimi, decidi-

ram ir à Brasília tentar uma audiência com o presidente Collor.

Atualmente, os Karapotó não dispõem de um único hectare de suas terras tradicionais. Para sobreviverem, arrendam o que de direito lhes pertence. Aqueles que não podem pagar o arrendamento, trabalham como meeiros ou mão-de-obra alugada. Toda a área indígena está rateada entre usineiros, pequenos e médios posseiros. (Jornal do Brasil, 16/1/92)

Avião de garimpeiros brasileiros é derrubado em território Yanomami da Venezuela

A atividade de garimpagem ilegal, praticada por brasileiros na Venezuela, continua dando trabalho às autoridades daquele país. No dia 16, um avião brasileiro que transportava quatro garimpeiros foi abatido por um helicóptero da Força Aérea Venezuelana após ter decolado do garimpo Taboca, localizado às margens do rio Orinoco, dentro da área decretada pelo governo venezuelano como Reserva de Biosfera Yanomami.

O avião teria saído de Boa Vista, capital de Roraima, com a fina-

lidade de transportar mantimentos a vários outros garimpeiros que trabalham na região e deixar ali seus tripulantes. Após o ataque, vários garimpeiros fugiram do local, afirmando que os militares ainda dispararam rajadas de metralhadoras contra eles, matando pelo menos dois. O Governo da Venezuela confirmou a morte do piloto José Xavier de Mendonça, do garimpeiro Moisés Ferreira da Silva e o ferimento e internação de outros dois garimpeiros em Porto Yacucho, capital do Amazonas venezuelano.

A grande concentração de garimpeiros em Roraima e sua recente expulsão das terras dos Yanomami faz com que muitos busquem novas áreas de exploração. A contiguidade do território venezuelano, que é também ocupado por índios Yanomami, e a falta de identificação dos marcos da fronteira, tem levado à formação de novos núcleos de garimpo na Venezuela. Com isso, iniciou-se, há mais de 20 dias, uma operação militar de retirada dos garimpeiros brasileiros da Venezuela. O governo brasileiro foi informado a respeito. (O Globo, 20/1/92)

Continua a exploração de madeira na AI Xicrin do Cateté

Iniciada em 89, a exploração ilegal de madeira na porção sul da AI Xicrin do Cateté, município de Parauapebas (PA), atinge proporções alarmantes. Durante esses três anos, todo o mogno existente na parte sul da área foi explorado pela empresa madeireira Perachi e por suas sub-empresas Bannach, Galmac, Gramac's e Osmar Ferreira. Somente em 91 foram extraídos 30.000 m³ de mogno contabilizados pela Funai. Esta contagem se deu somente em uma das "explanações" - abertura feita na mata usada como depósito da madeira retirada - localizada na margem do rio Seco. Supõe-se que a quantidade total de mogno retirado ultrapassa em mui-

to esta cifra, uma vez que a exploração de madeira já se iniciou também ao norte área, nas margens do rio Aquiri, fronteira com a Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, sob vigilância da Companhia Vale do Rio Doce.

Para dar vazão à madeira explorada, as empresas madeireiras abriram uma estrada com 150 Km, ligando do limite oeste da área (rio Cateté) ao limite leste (rio Itacaiunas). Foram ainda abertas duas outras estradas beirando os rios Seco e Cateté, ambos em direção à aldeia Xicrin. Destas três estradas partem inúmeros ramais vicinais que recorrem praticamente toda extensão sul.

Além dos danos ambientais, a área torna-se vulnerável à entrada de invasores. O desmatamento nas partes sul e oeste, desde as cabeceiras dos rios Seco e Cateté, e o contato constante dos peões das madeireiras com a aldeia, vem trazendo conseqüências graves para a saúde dos índios. Nas duas primeiras semanas de janeiro de 1992, seis crianças Xicrin faleceram de desintéria causada por vírus. Seria bom lembrar, diante desta situação, que há um convênio entre os Xicrin, a CVRD e a Funai que prevê a vigilância da área, além de assistência à saúde que deveria ser de caráter preventivo e não somente emergencial. (Isabelle Giannini, 21/1/92)

Novo chefe do CMA admite prestar assistência a índios

O general Carlos Aníbal Pacheco é, desde o dia 13/1, o novo Comandante Militar da Amazônia (CMA). Sua nomeação indica uma aproximação entre militares e ecologistas, cujas posições antagônicas, quanto ao risco de internacionalização da Amazônia, vêm criando um impasse dentro do governo. Pacheco, um oficial de carreira diplomática, possui um discurso diferente de seu antecessor, general Antenor Santa Cruz de Abreu, em relação ao meio-ambiente e questões indígenas: "O Exército, ao longo de sua história, principalmente na colonização da Amazônia e do Centro-Oeste, sempre esteve ligado às populações indígenas, seja logisticamente, em colônias militares, ou atualmente, nos pelotões de fronteira, nos postos do projeto Calha Nor-

te. Estaremos sempre atentos a estas populações", afirmou o general.

Sabe-se que, desde o início de janeiro, o Exército planeja transferir 200 homens para Boa Vista (RR) com o objetivo de implantar a 1ª Brigada de Infantaria da Selva. Esta decisão, que busca aumentar a presença militar na região, coincide com a demarcação da área de 9,4 milhões de ha para os índios Yanomami em Roraima e Amazonas, que incomodou particularmente o ministro do Exército, Carlos Tinoco. Resta saber se esta nova Brigada, subordinada diretamente ao novo chefe do Comando Militar da Amazônia, poderá vir a representar uma garantia quanto a manutenção da integridade do território Yanomami. (Folha de S. Paulo, 15/1/92)

Mais uma Área Indígena encaminhada ao Ministério da Justiça

A Comissão Especial de Análise, grupo técnico encarregado de emitir pareceres relativos aos trabalhos de identificação de Áreas Indígenas já realizados pelo órgão, enviou mais uma área para apreciação do ministro da Justiça. Trata-se da AI Ilha da Cotinha, localizada no município de Paranaguá, estado do Paraná. Esta área, com uma extensão de 1.685 hectares, é ocupada por um grupo de índios Guarani. (Diário Oficial da União, 6/1/92)

Empresas entram em férias coletivas para depois demitir ou fechar

Tradicionalmente conhecido por uma retração produtiva e comercial, o mês de janeiro registrou, como de hábito, férias coletivas em várias fábricas. No entanto, a política recessiva de combate à inflação intensificou a desaceleração típica do período para assumir proporções dramáticas.

Em todo o país, centenas de empresas demitiram ou prolongaram as férias de seus empregados. Na região do Vale dos Sinos, principal pólo de exportação de calçados do país, cinco indústrias encerraram suas atividades e demitiram 800 funcionários, surpreendendo os trabalhadores que retornavam de um descanso compulsório. No Rio, só no ano passado, o estado perdeu 47 mil postos de trabalho. Em Belo Horizonte, pelo menos seis indústrias metalúrgicas demitiram operários que retornavam de férias coletivas, engrossando o total de 4.151 demissões ocorridas neste setor, no estado de Minas, na primeira quinzena de 92.

Em tempo de crise, demissões são a primeira medida que os empresários sacam quando se vêem apertados. Mas os fatos recentes

não encontram paralelo nos ciclos recessivos anteriores. Em São Paulo, estado responsável por 50% da produção industrial do país, a situação não é diferente. A Brastemp, que concedeu férias coletivas para seus 2.850 funcionários da sua unidade em São Bernardo, prolongou a licença remunerada por mais 20 dias para 800 trabalhadores. Já a Black & Decker de Santo André dispensou 300 dos seus 1.260 empregados após quase dois meses de férias coletivas e licença remunerada. Para não ficar atrás, a Perdigão, também em Santo André, recebeu seus funcionários, que também retornavam de férias coletivas, com a notícia de sua desativação. A Dako de Campinas preferiu o receituário ortodoxo: propôs redução de jornada e salários aos operários recém chegados do recesso forçado.

Peça maior pregou a Calfat, indústria têxtil de São Paulo. De volta de suas férias, as trabalhadoras encontraram a fábrica fechada. Posteriormente, ficaram sabendo que o dono da empresa pedira concordata, desativara a fábrica, dera um sumiço nas máquinas, deixando-as, sem trocadilho, em maus lençóis.

Só em salários e multas, a Calfat deve quase Cr\$ 100 milhões às costureiras.

Os fatos não param por aí. Pequenas e médias empresas também estão quebrando e demitindo funcionários na volta das férias coletivas. Diante desses números, o governo permanece "imexível" (exceto o ministro). O ministro da Economia, Marçílio Marques Moreira, declarou em recente encontro com empresários mineiros, que "o problema não é de hoje. É da década de 80 e, em poucos meses, o Brasil vai retomar o crescimento de empregos e salários".

Por aí vemos, que o governo continua com uma fé inabalável, talvez mesmo cínica. Por sua declaração, entende-se que, além de ser breve o fim da recessão, a reutilização da capacidade ociosa das indústrias será também rápida, e o Brasil retornará a crescer superando problemas estruturais. Resta saber como uma vez que o contingente de desempregados na Grande São Paulo deve pular da casa de 1,2 milhão para 1,5 milhão de pessoas. (Isto É Senhor, CEDI, 22/1/92).

"País não aguenta mais demissões", diz Amato

Vinda de um sindicalista como Vicente Paulo da Silva, a declaração acima não causa estranheza a ninguém. Para ele, demitir "é uma reação típica de desespero sem se saber onde se vai parar". Vinda de Mário Amato, presidente da Fiesp, é um alerta para a situação que o país atravessa. Sindicalistas são contra demissões. Empresários demitem. Quando o dirigente patronal diz que o país não aguenta mais, é porque sua entidade prevê uma onda de 60 mil demissões em SP no primeiro trimestre deste ano.

Em 91, a indústria paulista fechou quase 159 mil postos, equivalendo a um corte de 8,45% na força de trabalho, número este menor que o de 90 quando foram fechados 225 mil vagas. Segundo um estudo do Departamento de Estatísticas da Fiesp, dos 46 ramos industriais pesquisados em 91, apenas um se manteve estável (o de perfumaria e artigos de toucador), oito não admiti-

ram e 37 dispensaram funcionários.

A indústria de bens de capital, setor responsável pela manutenção e desenvolvimento da infra-estrutura econômica, é um dos segmentos mais atingidos pela recessão, girando com uma capacidade ociosa de até 90% em ramos como de correntes industriais, máquinas têxteis e de mineração.

As autopeças e montadoras também podem demitir. A advertência é de Pedro Eberhardt, presidente do Sindicato das Indústrias de Autopeças. Segundo ele, as montadoras estão reprogramando suas encomendas com cortes que chegam a até 40%, pois seus pátios estão abarrotados de veículos devido aos aumentos nos preços dos carros. Tanto as autopeças quanto as montadoras correm o risco, portanto, de reduzir a produção, dando férias coletivas, licenças remuneradas, demitindo ou então reduzindo salários e jornadas. (CEDI, 20/1/92).

Arteb e Sachs já começaram

Os trabalhadores da Arteb e Sachs, duas fábricas de autopeças de São Bernardo, rejeitaram ontem as propostas de redução de jornada com redução salarial. Na Arteb, que tem 1.800 funcionários, o diretor de Recursos Humanos, Aurélio Zanata, admitiu que a firma pode demitir: "Não teremos outra alternativa", afirmou.

"Com a redução de salários, as empresas procuram economizar agora para financiar os custos de futuras demissões", torpedeou Francisco Barbosa, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

A CUT e a CGT vão encaminhar ao Congresso uma proposta de lei que iniba as demissões em massa por entenderem que elas contribuem para o agravamento da recessão. (Folha de S. Paulo, 22/1/92).

Magri afunda sindicalismo de resultados

Quem não se lembra do competente, responsável, negociador, patriota, apolítico e representativo líder sindical dos eletricitários de São Paulo e presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, Antônio Rogério Magri? Parceiro de Luís Antonio Medeiros e dirigente do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, Iadesil, Magri foi retumbantemente saudado pela grande imprensa e pelos empresários como um dos pilares do sindicalismo de resultados, encarnando o papel de um dirigente sindical moderno.

Nomeado ministro, Magri era visto como interlocutor direto da classe trabalhadora e, até mesmo, dos descamisados junto ao presidente Collor. Todavia, sua incompetência reforçou o preconceito de que operário não pode ser governo. Na realidade, ele conseguiu uma proeza: como sindicalista, foi derubado por um dos mais expressivos movimentos de trabalhadores dos últimos meses, os aposentados.

Trocando os pés pelas mãos, o ex-ministro pautou sua gestão por trapalhadas que seriam cômicas se não estivessem relacionadas com importantes questões nacionais, o trabalho e a previdência. O sindicalista de resultados foi simplesmente reprovado. Ele chegou a dizer que "cachorro é um ser humano como qualquer outro" ao mesmo tempo

que dedicava uma "fidelidade canina" ao presidente.

Mais reveladora, no entanto, foi sua declaração final: "Saio do governo para deixar o presidente tocar o país". Ineficiência e morosidade foram as características da sua atuação ministerial. Fato este que se choca com sua pretensão de líder sindical que obtém ganhos e mais ganhos para os trabalhadores. Ele parece que "virou a casaca". Ao invés de ser o porta-voz dos traba-

lhadores junto ao presidente, serviu como boi de piranha deste junto aos pensionistas. Magri, porém, não deve estar preocupado com isso. O sindicalista de resultados sabe como obter boas conquistas. Para si próprio, note-se. Prescindindo das pensões do INSS, Magri pode se aposentar com vencimentos integrais da ordem de CR\$ 2,4 milhões na Eletropaulo, empresa da qual é funcionário, recebendo o mesmo que seu presidente. (CEDI, 22/1/92)

Os 147% e o ex-ministro

A batalha judicial em torno dos 147% dos aposentados tem origem no atraso da regulamentação das leis de custeio e de benefícios da previdência. Entre um aforismo e outro, o ex-ministro demorou mais de quatro meses para regulamentar a questão. As leis foram publicadas em julho de 91, mas só em dezembro saiu a portaria regulamentadora.

Pela Constituição, os benefícios devem ser reajustados de acordo com a variação do salário mínimo até sua regulamentação nas leis da previdência. Como isso não havia ocorrido, os aposentados reivindicaram a equiparação de seus proventos de acordo com a correção do mínimo, exigindo o pagamento dos 147%

e recorrendo à justiça. Se a regulamentação tivesse saído antes disso, o governo poderia ter adotado um outro índice de reajuste. O Supremo Tribunal de Justiça respeitou a Constituição, acatando a preservação do valor real das aposentadorias.

Todo o tempo, o sindicalista que dá resultados defendeu os pontos de vista governamentais, atacando os 147%. Omitiu sempre que, se tivesse obtido o referendo do Congresso para a manutenção do imposto Finsocial, teria assegurado um reforço de US\$ 3 a 4 bilhões para o caixa da previdência, o suficiente para pagar não um, mas dois reajustes de 147%. (Folha de S. Paulo, 10/1/92, Veja, 22/1/92)

Recessão preocupa sociedade civil no ABC

Sindicatos, prefeituras e entidades da sociedade civil do ABC estão preocupados com os efeitos da recessão sobre a região e com os impactos da reorganização da economia mundial sobre a economia brasileira, acompanhando as iniciativas das empresas transnacionais ligadas à indústria automobilística.

Com a assessoria de especialistas, prefeitos das cidades sede das montadoras articulam a formação de um consórcio que atuará como fórum de debates do poder local diante da crise. Servirá também, como um espaço de defesa do emprego, a favor da distribuição de renda e contra o sucateamento do parque industrial.

Os sindicatos participam ainda do Fórum Capital e Trabalho. Reunidos na USP, dia 15/1, CUT, CGT, Fiesp e PNBE discutiram propostas

de combate à recessão. A assessoria da USP vai possibilitar a elaboração das proposições acerca da política industrial, tecnológica, agrícola e de modernização das relações entre empresários e trabalhadores.

Em fevereiro terá lugar um se-

minário sobre políticas de crescimento do setor automobilístico visando a garantia de emprego com a participação de sindicatos, empresários, prefeituras e entidades ligadas ao ramo. (AGEN FAX-S.Paulo, 15/1/92; Diário Popular, 16/1/92).

Ford pode deixar o país

Interessada em voltar-se inteiramente para o mercado europeu, a Ford International Company está vendendo entre 60 e 70% de seus 49% de participação na holding Autolatina. Com o negócio, a Ford fica praticamente reduzida no Brasil a uma participação de menos de 20% no capital da holding. A operação entre a Volkswagen e a Ford, negada categoricamente pela assessoria da Autolatina, deverá ser anunciada

oficialmente neste mês. A decisão foi adotada em reunião do Conselho de Administração da empresa promovido em novembro na Granja Julieta em SP.

Estas informações apenas confirmam as suspeitas e indícios levantados seguidas vezes pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema sobre a decisão da Ford em deixar o Brasil. (Tribuna Metalúrgica, 5/12/91).

CIACS

Projeto fica sem equipe técnica

Os 28 técnicos da equipe do arquiteto João Filgueiras Lima, o *Lele*, pediram demissão da Promon Engenharia em solidariedade ao maior especialista em argamassa armada do país, autor do projeto dos Cieps e principal consultor do programa dos Ciacs (Centros Integrados de Atendimento à Criança).

Lele anunciou na semana passada seu afastamento por divergir da condução do processo de construção, cujo gerenciamento está sob a responsabilidade da Promon.

As razões alegadas pelos técnicos

são as mesmas de *Lele*, de que a Promon criou "incompreensíveis dificuldades técnicas" para a contratação dos profissionais responsáveis pelos projetos de montagem das escolas e pela fiscalização técnica da execução desses projetos nas diversas fábricas. Além disso, os técnicos argumentam que há "um comprometedor atraso nas providências necessárias ao cumprimento do cronograma". Esse cronograma previa a construção de 700 Ciacs este ano em vários estados. (*Jornal do Brasil*, 15/1/92)

USP controlará qualidade do material

A Universidade de São Paulo (USP), por intermédio da Escola de Engenharia de São Carlos, realizará a auditoria técnica na qualidade da argamassa armada a ser usada nos Ciacs. A equipe de 20 técnicos da USP deve começar o trabalho de fiscalização de normas do projeto assim que o novo cronograma de atividades estiver pronto, o que deve acontecer ainda este mês. O valor inicial do convênio assinado entre os ministérios da Saúde

e da Educação e a universidade é de Cr\$ 1 bilhão, a ser liberado de acordo com a necessidade de gastos. Os recursos virão do Orçamento da União, que este ano, somente para os Ciacs, é de US\$ 1,6 bilhão.

Pelo contrato, a Universidade de São Paulo é responsável apenas pelo controle de qualidade do material de fabricação dos Ciacs e não pela aprovação ou revisão do projeto original. Os técnicos terão que emitir relatórios com recomenda-

Meta de 5 mil cai pela metade

O governo federal refez suas contas e reviu sua meta de construir cinco mil Ciacs até 31/12 de 94, quando termina o mandato do presidente Collor. Um anúncio oficial que está sendo veiculado pela TV afirma que serão construídos 2.300 Ciacs até o final do governo Collor.

O ministro da Saúde, Alcení Guerra, não admite que a meta tenha sido revista. Afirma que optou-se por anunciar apenas os 2.300 Ciacs já contratados e que as oito licitações em andamento vão totalizar os cinco mil Ciacs. (*O Globo*, 19/1/92)

ções para uma boa execução de obras e prevenção de futuros problemas. Além disso, supervisionarão o trabalho nas fábricas. O convênio terminará no dia 31/12 deste ano, podendo ser renovado.

A construção dos Ciacs continuará a cargo da Promon Engenharia. Segundo o ministro da Educação, José Goldemberg, é melhor que haja separação entre os órgãos executor e fiscalizador. (*Correio Braziliense*, 16/1/92)

Um projeto sem credibilidade

Enquanto o governo Collor perde credibilidade até nos setores que lhe davam sustentação no Congresso (vide o caso da Previdência), o projeto dos Ciacs envereda rapidamente pelo mesmo caminho. Não bastasse o descrédito gerado pelas inúmeras suspeitas de corrupção e favorecimento que pairam sobre um dos principais responsáveis pelo projeto, o ministro da Saúde Alcení Guerra, agora o próprio idealizador da tecnologia para a construção dos prédios e toda a sua equipe técnica, se demitem.

Passado o susto, o governo agiu rápido e evitou uma catástrofe ao assinar um convênio com a USP que, segundo os ministros da Saúde e da Educação, tem especialistas que dão conta da tecnologia da argamassa necessária para a construção dos prédios escolares. Ademais, os ministros mencionam algumas vantagens obtidas com esse convênio, como os custos reduzi-

dos. O que, mais uma vez mostra a improvisação permanente que domina todo o projeto, pois, se esse tipo de convênio apresenta vantagens, por que não foi feito antes?

Nas últimas semanas, o ministro da Educação, José Goldemberg, também deu uma pequena contribuição para minar ainda mais o projeto. Em artigos publicados em alguns jornais (*Diário Popular*, 8/1; *Jornal do Brasil*, 13/1), o ministro vem destacando, baseado em diversas pesquisas, a necessidade de alterar as prioridades de investimento, pois a falta de vagas no ensino fundamental já não seria o problema mais grave. Assim, Goldemberg pretende "alterar as prioridades na aplicação de recursos do FNDE, reduzindo construções, ampliações e reformas de escolas... e aumentando as verbas destinadas à capacitação de recursos humanos". O que o ministro, com seu "bom senso", esqueceu de explicar

é por que, então, o principal projeto do governo (os Ciacs) visa à ampliação do número de vagas oferecidas pela rede pública.

Ao que parece, o ministro da Educação, preocupado com questões como eficiência, competência e produtividade, não consegue se encaixar muito bem num projeto que desde o início foi marcado pela velha política clientelista, mais próxima do estilo do ministro Alcení Guerra e do ex-ministro da Educação Carlos Chiarelli, o que resulta nas incoerências acima mencionadas. Até o momento, a condução híbrida que resultou da conjugação desses dois modos de fazer política - na verdade, dois estilos que excluem a política enquanto espaço efetivamente público e por isso mesmo aberto à participação da sociedade civil - não impediu que o projeto dos Ciacs continue cada vez mais desacreditado. (CEDI, 20/1/92)

À procura de uma vaga na escola pública

Itamar Miranda/AE



Fila para conseguir vaga em escola pública da Av. Paulista (São Paulo)

Nas últimas semanas, a imprensa vem registrando o pesadelo de muitos pais que procuram garantir uma vaga para seus filhos nas escolas públicas de todo o país. Além das filas e a espera, que muitas vezes se prolonga por vários dias, os pais devem preparar-se para a possível frustração de suas expectativas ante o anúncio, quase sempre de última hora, da falta de vagas.

Londrina/PR - A três dias da matrícula dos novos alunos nas escolas da rede estadual, dezenas de pessoas se comprimem desde ontem na fila formada frente ao Colégio Marcelino Champagnat, um dos maiores de Londrina. São pais de alunos, como a dona-de-casa M. T. Faruque, que chega por volta das 6 horas para garantir uma vaga na 5ª série diurna para o filho. Ela promete ficar no local até terça-feira, revezando-se na fila com o marido. Atrás dela, outras pessoas na mesma situação passam o tempo lendo revistas, jogando baralho ou tricotando. "É desumano deixar a gente nesta situação. Cadê os políticos?", indagava a dona-de-casa B. L. Dias. (*Folha de Londrina-Londrina/PR*, 11/1/92)

Porto Alegre/RS - Porto Alegre amanheceu ontem tomada por filas. Este seria um dos dias mais complicados da história do ensino público gaúcho. A abertura das matrículas para novos alunos da rede pública levou milhares de pais e alunos a

dormir na rua, provocou crises de choro, desmaios e revolta, confundiu professores e deixou desorientados até alguns dos responsáveis pelo sistema. Submetidos a uma desgastante espera de várias horas, os pais se irritavam e discutiam entre si pelo lugar na fila, além de desabafar contra a secretária da Educação Neuza Canabarro. (*Zero Hora/RS*, 14/1/92)

Niterói/RJ - Milhares de crianças vão ficar fora das escolas este ano, pois a rede pública não está conseguindo absorver a invasão de estudantes de colégios particulares, impossibilitados de pagar as altas mensalidades. Para cada uma das 60 escolas estaduais de Niterói, o número de candidatos é, em média, o dobro da quantidade de vagas disponíveis. Nas unidades municipais, a situação é ainda mais dramática, pois o número de vagas é menor.

A procura por uma vaga levou centenas de mães a esperarem em longas filas, já nas primeiras horas da madrugada de ontem, quando foram abertas inscrições para as escolas municipais. No bairro Sapê, que conta apenas com a Escola Municipal Levi Carneiro, mais de 200 mães inscreveram os filhos, mesmo sabendo que há apenas 89 vagas. Pelos cálculos da associação de moradores, o número de crianças sem ter onde estudar pode chegar a 250. (*O Fluminense-Niterói/RJ*, 10/1/92)

Vitória/ES - Revoltados com a falta de vagas na Escola Arthur da Costa e Silva, em Goiabeiras, vários pais decidiram que vão entrar com um mandado de segurança contra a prefeitura de Vitória que, segundo entendem, deve assegurar vaga a todos os estudantes. Ontem, os advogados Jefferson da Silva e o estagiário Marco Gomes colhiam assinaturas dos pais insatisfeitos. Eles afirmaram que recorrerão à Justiça com base nos artigos 205 e seguintes da Constituição Federal, 211 da Lei Orgânica do Município e 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O vereador Márcio Calmon é quem está pagando aos advogados para cuidar da questão. A diretora da escola disse que está enfrentando os maiores problemas com os alunos da 6ª série, cujas 12 vagas do primário foram encerradas nas primeiras horas da madrugada de ontem, tão logo começou o atendimento. (*A Gazeta/ES*, 7/1/92)

São Caetano do Sul/SP - Cerca de 800 pais de alunos de 1º grau formaram, durante todo o dia de ontem, uma fila de dois quarteirões em frente ao Centro Interescolar Municipal Professora Alcina Dantas Feijão, em São Caetano. O objetivo: uma das 58 vagas disponíveis para a 1ª série da escola. (*Folha de S. Paulo*, 7/1/92)

Governo cubano fuzila terrorista condenado a morte

Eduardo Diaz Betancourt, 36, foi fuzilado dia 20 de janeiro em Cuba sob a acusação de terrorismo. O ato ocorreu após decisão do Conselho de Estado que confirmou a sentença da Suprema Corte de Cuba, apesar dos protestos internacionais. Presidido por Fidel Castro, a mais alta instituição legal do país, na mesma oportunidade, comutou a pena de morte, antes imposta a Daniel Candelario Santoventá, 37 - que deve, junto com Pedro de la Caridad Alvarez Pedroso, 26, passar 30 anos na prisão.

Os três haviam sido acusados pela Promotoria cubana de planejar ataques terroristas e o assassinato de Fidel. Eles saíram de Miami no dia de Natal, com bombas e 50 fuzis AKM. O barco de assalto dos três foi interceptado no dia 29 de dezembro em Cárdenas (a 100 km de Havana), quando iniciavam uma operação paramilitar e anticastrista.

O julgamento dos três acusados foi reprisado exaustivamente pela televisão cubana. A ilha reviveu, no auge da maior crise econômica de sua história, a febre nacionalista e o "paredón", que caracterizaram a Revolução Cubana em 1959.

As imagens do julgamento foram aglutinadas às dos corpos de três policiais cubanos mortos, na semana anterior, em conflito com dissidentes que tentavam fugir para Miami. Raúl Castro, vice-presidente de Cuba e irmão de Fidel, disse, em mensagem a um milhão de cubanos exilados em Miami: "Quem com ferro mata com ferro morrerá".

Na íntegra de seu depoimento prestado à Promotoria, Eduardo Diaz Betancourt disse que "foi usado pelo governo dos EUA". O Departamento de Estado norte-americano emitiu na semana anterior

nota oficial negando qualquer apoio aos grupos paramilitares.

Entre os que apelaram pela vida dos cubanos estão o secretário de Estado americano, James Baker, o escritor e Prêmio Nobel colombiano Gabriel Garcia Marquez, amigo de Fidel, o primeiro-ministro espanhol, Felipe González, e vários presidentes latino-americanos.

De outra parte, o escritor alemão Gunter Grass fez uma apaixonada defesa de Cuba e um ataque aos EUA pelo bloqueio econômico a que submete a ilha há 30 anos, e que seria a razão da crise.

No Brasil, o arquiteto Oscar Niemayer, 84, 46 anos filiados ao Partido Comunista defendeu a pena imposta. Já o deputado federal Sérgio Arouca, da linha renovadora do partido, condenou com veemência a execução. (Folha de S. Paulo, 20 e 22/1/92)

Episódio provoca constrangimentos entre passageiros do Vôo da Solidariedade

No próximo dia 7 de fevereiro, às 23 horas, parte do Brasil em direção a Cuba, o chamado "Vôo da Solidariedade", levando 100 personalidades brasileiras, professores, escritores e até empresários.

Segundo Fernando Moraes, secretário de Educação do Estado de São Paulo, e um dos organizadores do evento junto com frei Beto e Chico Buarque, o objetivo da viagem é repudiar o bloqueio comercial que os Estados Unidos impõem ao país e defender o fecha-

mento da base naval dos EUA em Guantánamo.

Entre os passageiros estão Chico Buarque, Edu Lobo, Raul Cortez, Lucélia Santos, Oscar Niemayer, Antonio Callado, Dias Gomes, Ferreira Gular, Antônio Houais, Darcy Ribeiro, Ziraldo. Cada passageiro tem que pagar a passagem e carregar 35 quilos de equipamentos hospitalar e medicamentos, uma vez que o país tem carência até de algodão, motivado pelo embargo comercial dos

EUA, e fazer workshop, show ou palestra.

O episódio do fuzilamento ocorrido na ilha de Fidel criou constrangimentos entre alguns dos passageiros. O publicitário Carlito Maia desistiu de viajar declarando que a sua solidariedade ao povo cubano não é incondicional. Eric Nepomuceno, escritor e jornalista, declarou ser contra a pena de morte e que o vôo é em solidariedade ao povo e não ao governo cubano. (Folha de S. Paulo, 18 e 22/1/92)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-636/87

